

O texto apresenta, em linhas gerais o município, seu acervo histórico-arquitetônico e descreve os resultados obtidos pela COMTE nos últimos três anos e meio.

UM POUCO SOBRE SABARÁ

O Município de Sabará integra a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, sendo o município-mãe do qual a área da capital mineira, Belo Horizonte, foi desmembrada. Tendo nascido do Ciclo do Ouro, Sabará abriga um acervo cultural de significativa importância no âmbito do patrimônio histórico nacional.

Em 2000, o município contava com uma população de 115.292 habitantes, sendo que 112.694 viviam em áreas urbanas e 2.658 no meio rural, conforme o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Seu território cobre uma área de aproximadamente 302 km² e, administrativamente, o Município é constituído por quatro distritos: Sede, Carvalho de Brito, Mestre Caetano e Ravena. Sobreposta a essa estrutura administrativa, a estrutura urbana apresenta-se fragmentada, com 10 núcleos populacionais.

Sabará pertence à Bacia do Rio São Francisco, sendo banhado pelo Rio das Velhas e seus afluentes, os Ribeirões Arrudas, Brumado, Sabará, Vermelho, Gaia e Malheiros.

O desenvolvimento urbano recente de Sabará acha-se estritamente vinculado ao processo de expansão urbana de Belo Horizonte. Possuindo uma frágil base econômica, os distritos de Sabará foram transformados em áreas-dormitório pela população expulsa em função da elitização dos espaços em Belo Horizonte. Simultaneamente, ali se verificam problemas de desemprego e subemprego, baixos salários e deteriorização da qualidade de vida.

Os problemas sociais acentuam as carências em infra-estruturas e serviços básicos, atingindo, de modo especial, a população de baixa renda. Paralelamente ao processo de crescimento e adensamento populacional, ocorre a discrepância entre as necessidades geradas pela concentração populacional e os reduzidos recursos municipais disponíveis para atendê-las.

Desde 1997, a gestão municipal busca romper o círculo vicioso formado em situações como a acima descrita. Mesmo com uma das menores receitas municipais da RMBH, a administração vem modificando a realidade do cidadão sabarense, trabalhando no sentido de obter uma elevação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH Municipal, conforme demonstra a Tabela abaixo.

Tabela
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EM SABARÁ/MG

IDH MUNICIPAL		
Índice	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,696	0,773
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação	0,798	0,888
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Longevidade	0,651	0,761
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda	0,638	0,669
Taxa bruta de frequência à escola	62,28	82,32
Taxa de alfabetização	88,51	92,01

No entanto, a complexidade e a dimensão dos problemas, as carências de infra-estrutura, a distribuição desigual da população e do emprego ainda persistem. O município necessita do apoio federal e estadual para minimizar as desigualdades, contribuindo para o resgate definitivo da dívida social, que, historicamente, se acumula no município.

Cabe, ainda, ressaltar que o Plano Diretor Municipal, construído pelo próprio município ao longo de 5 anos, foi aprovado no início do ano corrente, incorporando instrumentos do Estatuto da Cidade. Dentre muitos ganhos, a elaboração e discussão do Plano Diretor deu início a um processo de planejamento municipal, inclusive no âmbito da preservação de bens culturais e históricos.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM SABARÁ

Falar do barroco é, segundo ÁVILA (1984) “falar da nossa própria origem cultural, da nossa formação histórica, das raízes de nossa maneira própria e íntima de ver, de sentir, de exprimir...”. A nossa sociedade se forjou dentro de sua ideologia, trazida da Bahia e da faixa litorânea do Nordeste, acompanhando a expansão dos rebanhos bovinos e a corrida do ouro até Minas – “as suas festas públicas, as suas solenidades religiosas, o cenário de formas e cores onde elas ocorrem”.

Nesse contexto, Sabará surgiu das expedições que desciam o Rio das Velhas, vindas da Bahia, acompanhando a pecuária em expansão, e das bandeiras paulistas à procura de pedras preciosas, tendo sido fundada, provavelmente, em fins do séc. XVII. Chegou a ser um dos mais importantes núcleos comerciais e de mineração, com destacada participação no âmbito político e cultural da Província.

Ainda citando ÁVILA, o acervo histórico de Sabará constitui o marco inicial para o conhecimento de todo o Barroco Mineiro. A cidade

possui monumentos da primeira, segunda e terceira fases deste período. Seu acervo histórico-cultural é importante testemunho desse período, em Minas, incluindo aí não apenas obras já consagradas pelo seu caráter monumental ou de comprovado valor histórico, mas também espaços públicos e conjuntos de edificações nas várias expressões da evolução urbana, mesmo as mais simples, que documentam a ocupação nas suas várias classes sociais, do trabalhador escravo ao mineiro de posses.

Daí a importância de sua preservação para o fortalecimento da identidade própria do lugar, traduzida pelo estilo arquitetônico, pelo sistema construtivo, pelos elementos ornamentais, que contam a história da ocupação urbana e rural de sua sociedade.

No entanto, sua preservação não significa o congelamento no passado, mas o respeito a seus valores em meio às intervenções do presente, mantendo a unidade e a integridade do meio ambiente urbano e propiciando melhor qualidade de vida aos seus cidadãos, resgatando sua identidade face ao processo de metropolização.

A leitura e a valorização do espaço urbano do Centro Histórico, na sede municipal de Sabará se dá a partir do impacto visual provocado no indivíduo que por ele se desloca, considerando três níveis de aproximação: a cidade como um todo, os conjuntos arquitetônicos e as edificações isoladas.

Do ponto de vista do aspecto geral da cidade colonial, a imagem tem unidade e legibilidade, apesar de certa desorganização na disposição das construções, resultado do relevo local. É um somatório de volumes prismáticos de base poligonal com planos inclinados dos telhados.

A malha urbana é pontuada pela presença de edificações marcantes, geralmente igrejas, dominando as demais, mantendo, no entanto, uma relação de equilíbrio entre uns e outros. Entretecendo-se em meio a pequenos conjuntos representantes de vários períodos, reflete a superposição das atividades econômicas que se desenvolveram no município ao longo do tempo.

Para quem caminha pela cidade, os cenários se apresentam por meio da continuidade dos conjuntos edificados, que, mesmo descaracterizados, definem os espaços das ruas, que serpenteiam acompanhando vales e encostas, garantindo movimento e, mais uma vez, equilíbrio entre volumes, elementos, planos inclinados.

As edificações isoladas oferecem equilíbrio e unidade, por meio de seus elementos decorativos como cimalhas, beirais, sacadas,

esquadrias, ornamentos, em um jogo de luz e sombras nas reentrâncias e saliências.

O Centro Histórico mantém uma relação com a paisagem de entorno, emoldurada pelas encostas dos morros e é importante mencionar que, em Sabará, o patrimônio está vivo. A população utiliza as edificações e transita pelas ruas centenárias, com naturalidade.

Com relação à classificação do patrimônio histórico-cultural de Sabará destacam-se três fases. Como representação da primeira delas, da exploração mineradora, têm-se edificações civis e religiosas de grande porte e expressiva ornamentação. O espaço urbano é o espaço colonial, aberto ao uso coletivo, com adros, praças, travessas e chafarizes. São exemplos dessa fase a Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a Capela do Ó.

Em uma segunda fase, de descentralização econômica, a imagem urbana se diversifica, com espaços mais individualizados e a arquitetura assimilando as formas geométricas do moderno em estilos neocoloniais e ecléticos.

Finalmente, após a transferência da capital para suas proximidades e a implantação da Companhia Belgo Mineira, a cidade entra em nova fase, absorvendo os padrões dos pequenos conjuntos habitacionais implantados em espaços vazios no interior da malha urbana ou, mesmo, ampliando seus limites.

O patrimônio histórico-cultural encontra-se protegido por tombamentos federais, estaduais e municipais, sendo 21 tombamentos federais na sede municipal, 2 tombamentos estaduais em Ravena, 2 tombamentos estaduais em Pompéu e 60 tombamentos municipais.

Os tombamentos federais ocorreram no período de 1938 a 1965, os estaduais em 1977 e 1978 e os municipais, na sua maioria, entre 1999 e 2002, sendo um em 1992. A grande maioria se refere a edificações isoladas, com referência a seus entornos, concentrando-se na sede municipal, e apenas um deles, federal e municipal, se refere a tombamento de conjunto, o da rua Dom Pedro II. Do início do século XVIII, com casario térreo e alguns sobrados, esta rua é a antiga rua Direita, principal via do núcleo primitivo da Barra, onde se alojava a sede da vila e hoje é o centro da cidade. É o mais significativo conjunto arquitetônico do acervo civil de Sabará.

O TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Enquanto estava sendo elaborado o Plano Diretor Municipal, uma das situações abordadas foi o controle do uso e ocupação do solo nas

áreas que continham bens tombados e seus entornos, abrangendo praticamente toda a sede municipal. A Prefeitura e a sociedade civil sentiam a necessidade de um instrumento que permitisse aplicar de maneira efetiva e homogênea os preceitos da Constituição Federal referentes à preservação cultural e ambiental do patrimônio de Sabará.

A equipe da Prefeitura, encarregada da análise e aprovação de projetos de reformas e de novas edificações, sempre se deparou com dificuldades para conciliar as demandas da população, dos empreendedores e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que tem atribuição de aprovar projetos a serem executados nos bens tombados, bem como os projetos para novas construções na área de entorno.

As dificuldades que os profissionais da Prefeitura enfrentavam para aprovação dos projetos eram diversas e deviam-se à falta de legislação atualizada (uma vez que a legislação vigente não abrangia os parâmetros necessários), à falta de compatibilização nos procedimentos dos órgãos envolvidos, aos conflitos de interesses, à informalidade dos processos, à falta de fiscalização, à carência de recursos humanos, todos esses fatores desestimulando a regularização das intervenções.

Os maiores problemas encontravam-se nos diferentes critérios de preservação adotados pelos organismos de preservação estadual e federal e pela equipe municipal e na morosidade do processo de tramitação das várias instâncias.

Além disso, era premente a necessidade de dar início à elaboração de uma legislação de controle de parcelamento, uso e ocupação do solo específica para o Centro Histórico, que não só preservasse o patrimônio cultural de Sabará – histórico, urbano, arquitetônico e artístico - como também municiasse os técnicos e a população de parâmetros urbanísticos, mantendo a vitalidade hoje existente na sede municipal.

Buscando idéias para encaminhar uma solução, foi contatada a Arquiteta Marília Machado Rangel, à época Chefe da Divisão Técnica da 13ª Regional do IPHAN, que sugeriu o estreitamento de relações entre a municipalidade e os órgãos federal e estadual de preservação, a partir da experiência vivenciada junto ao Grupo de Assessoramento Técnico – GAT de Ouro Preto, que funcionou de 1993 a 1996, reunindo Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA.MG, Instituto Estadual de Florestas - IEF e Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP.

Iniciaram-se as conversações entre a Prefeitura de Sabará, IPHAN, IEPHA.MG e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais – CREA.MG.

O formato final desse Termo, que não se distanciou muito da minuta redigida por M. Rangel, foi assinado sobre o altar da Igreja de Nossa Senhora do Ó em 17 de agosto de 2000, denominando-se “Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, e o Município de Sabará, com a interveniência do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – Seção Minas Gerais”. Os signatários foram Wander José Goddard Borges, prefeito, pelo município de Sabará, Sérgio Abrahão pelo IPHAN, Flávio de Lemos Carsalade, pelo IEPHA e Marcos Túlio de Melo, pelo CREA.

O objeto do Termo de Cooperação é o exame conjunto de projetos de intervenções urbanas e a adequação do uso dos instrumentos legais já existentes e sua operacionalização.

O escopo do convênio compreende, também, a elaboração de diretrizes para identificação de zonas diferenciadas de proteção, controle e preservação dentro do perímetro de tombamento e de seu entorno, seguida pela proposição de legislação para o parcelamento, uso e ocupação do solo nas áreas de interesse histórico e cultural, nas áreas de influência de bens tombados e de seus entornos, bem como nas áreas de tutela e de preservação paisagística e ambiental da cidade de Sabará.

O objetivo visado foi a uniformização dos procedimentos e dos critérios de análise e aprovação de projetos e de ações de preservação no município de Sabará, incluindo-se aí o acompanhamento e verificação de obras e intervenções realizadas nos referidos bens e áreas

A prorrogação do convênio é possível mediante acordo entre as partes e já ocorreu duas vezes. Sua rescisão pode ocorrer por caso fortuito ou força maior, ou pela superveniência de norma legal que o tornasse formal ou materialmente inexecutável.

O desempenho do CREA, entidade responsável pela fiscalização de obras, relaciona-se à aplicação de sanções aos responsáveis técnicos de obras irregulares identificadas pelos signatários deste Termo, para atuar como entidade responsável pela fiscalização de obras.

A Prefeitura de Sabará fiscaliza e apóia a fiscalização executada pelo IPHAN e pelo IEPHA. É importante ressaltar que, com o concurso do

CREA, foi ampliada a capacidade fiscalizadora da Prefeitura e dos órgãos de preservação estadual e federal.

Por meio desse documento ficou acertada a criação de uma COMISSÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, com caráter consultivo, nos assuntos de análise de projetos, e caráter técnico e executivo na proposição de normas regulamentadoras, na fiscalização e na aplicação de sanções.

Para operacionalização da COMTE, o IPHAN, o IEPHA e a Prefeitura de Sabará indicariam para compô-la, cada qual, técnicos pertencentes ao seu quadro de pessoal. As despesas decorrentes das obrigações assumidas pelas partes não envolvem transferência e são atendidas com recursos financeiros próprios, arcando cada uma das partes com as despesas necessárias com o deslocamento de seus técnicos, as despesas de alojamento e alimentação.

Determinou-se a elaboração de regimento interno de funcionamento da COMTE e a criação de um sistema de informações permanente sobre programas ou atividades que pudessem intervir no conjunto urbano, arquitetônico e paisagístico de Sabará.

AS ATIVIDADES DA COMTE

A partir da assinatura do Termo de Cooperação Técnica, foram designados representantes da Prefeitura e IPHAN. Até hoje permanecem atuando Carmen Teresa Lopes Alves, Secretária Municipal de Meio Ambiente e membro do Conselho de Patrimônio, Júnia Sibeles da Cunha, engenheira da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Milene Cristine Pinto, arquiteta da Secretaria Municipal de Obras e membro do Conselho de Patrimônio e Sérgio Fagundes, arquiteto da 13ª Regional do IPHAN.

No dia 19 de setembro de 2000 foi realizada a primeira reunião entre os profissionais nomeados por cada instituição, ocasião em que foi escolhido o nome da Comissão de Cooperação Técnica: COMTE. Foram discutidos a elaboração do regimento interno e o levantamento de documentos existentes para o desenvolvimento dos trabalhos.

O regimento interno, instrumento relevante para os resultados obtidos, foi aprovado em 11 de outubro do mesmo ano, com a realização da eleição para presidência e secretaria executiva da COMTE. Nas primeiras reuniões, foi apresentado pelos profissionais da Prefeitura Municipal o anteprojeto do macrozoneamento do Plano Diretor Municipal, com destaque especial para as zonas de

preservação do patrimônio, denominadas "Áreas de Proteção ao Patrimônio Cultural – APCs, I, II e III", que abrangem o sítio histórico e a área das encostas que o contornam, essenciais à manutenção da paisagem, mas sempre ameaçadas pela ocupação urbana.

Os temas abordados nas reuniões são bastante diversos. Grande parte das reuniões trata de projetos de intervenções em edificações. Discutiram-se a metodologia e alternativas para realização de inventário arquitetônico e urbanístico das edificações a serem protegidas. Durante as reuniões são recebidos técnicos de outros órgãos e entidades, conforme o assunto discutido.

O trabalho da COMTE estende-se além do âmbito das reuniões e tem prosseguimento nos contatos telefônicos e pessoais entre os membros, caracterizando o intercâmbio e a complementaridade das ações desenvolvidas.

A gestão compartilhada e transparente do patrimônio histórico urbanístico, concretizada na rotina da administração municipal de Sabará, conferiu grande visibilidade e crédito aos trabalhos da COMTE. Com a bem sucedida integração entre os profissionais da Prefeitura e do IPHAN, as análises dos processos tornaram-se mais ágeis e menos burocráticos.

A população passou a conhecer os papéis da Prefeitura e do IPHAN, na gestão do patrimônio tombado, agilizando a tramitação de processos que levavam meses para serem aprovados, resgatando a confiança no poder público. Tanto o poder público como a iniciativa privada passaram a encaminhar propostas e projetos de intervenções para que fossem analisados pela COMTE, além de buscar informações e consulta prévia junto aos representantes da COMTE, contribuindo para agilizar os processos.

De 19 de setembro de 2000 a 15 de março de 2004, foram realizadas 56 reuniões da Comissão, uma média de aproximadamente 16 reuniões por ano, mais de uma por mês. O maior número de reuniões ocorreu no ano de 2001.

Em 2003, as reuniões da COMTE foram prejudicadas devido aos incêndios criminosos ocorridos na Igreja de Nossa Senhora das Mercês e na Igreja do Bom Jesus, pois tanto os técnicos da Prefeitura como do IPHAN foram assoberbados pelos trabalhos necessários à mitigação dos danos.

Durante o desenvolvimento dos trabalhos da COMTE, a participação do IEPHA.MG foi prejudicada pelo fato do órgão não indicar um integrante que pudesse estar presente nas reuniões. Apesar disso, o IEPHA.MG mantém-se, até hoje, como signatário do Termo.

A VISÃO DO IPHAN

O IPHAN tem afirmado que a COMTE vem propiciando uma rica experiência para os parceiros. Os resultados ressaltam os aspectos da integração dos objetivos referentes à preservação do patrimônio histórico e cultural e das ações das diversas instituições gestoras do centro histórico e seu entorno. O trabalho desenvolvido de maneira interdisciplinar e interinstitucional, em conjunto pela Prefeitura Municipal e pelo IPHAN permitiu maior desenvolvimento e aperfeiçoamento das ações, no sentido material e humano, com o envolvimento e a integração de todos os temas relacionados a cada assunto a ser tratado.

Por meio da integração das instituições, foi facilitado o trâmite das ações, diminuindo os custos e prazos e prestando melhores serviços à população. Ao mesmo tempo foram obtidos melhores resultados no que concerne à definição de legislação, elaboração e gestão do Plano Diretor Municipal, planejamento urbano, elaboração de projetos e análise das intervenções.

A existência da Comissão permitiu a obtenção de melhores resultados na gestão da preservação, considerando-se os inúmeros projetos já elaborados, em elaboração e efetivamente executados num curto espaço de tempo.

CONCLUSÃO

O esforço dispendido pelos técnicos da Prefeitura Municipal de Sabará e do IPHAN demonstra seu comprometimento com a causa preservacionista. Os resultados comprovam o sucesso da experiência, que permanece em curso.

Dentre esses resultados cabe ressaltar a otimização e agilização dos procedimentos, que resultaram no aumento de confiança da população no poder público, que se mostra apto a responder, seja deferindo ou indeferindo, seus pleitos. Outro resultado, mais expressivo, foi a redução da irregularidade das intervenções em edificações e áreas do entorno de bens tombados. A comunidade e a iniciativa privada demonstram acreditar mais numa "Comissão" atuando localmente.

O trabalho da COMTE também apresentou resultados no que poderia ser classificado como capacitação dos técnicos municipais, que ocorreu de maneira informal, durante o trabalho conjunto, pelo repasse de conceitos, critérios e parâmetros por parte do IPHAN. A troca de informações ocorre, no entanto, nos dois sentidos, pois o IPHAN também ganha em conhecimento e experiência pela atuação mais próxima da comunidade e da administração municipal.

Os conceitos e parâmetros chegam mais facilmente à população local, pelo efeito multiplicador da divulgação de conhecimentos.

O resultado final, obtido pela COMTE foi a maior conscientização dos funcionários e da população da cidade sobre a motivação e as conseqüências do esforço dispendido para a preservação do patrimônio cultural – urbano, histórico, arquitetônico e artístico de Sabará.

BIBLIOGRAFIA

1. ÁVILA, A. Iniciação ao Barroco Mineiro. São Paulo: Nobel, 1984.

1. BIOS Consultoria. Diagnóstico do Plano Diretor do Município de Sabará. Belo Horizonte. 1996.

1. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Fundação João Pinheiro, Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Belo Horizonte: 2003.

1. PLANEJAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – PLAMBEL. Plano Diretor Metropolitano. PLAMBEL: Belo Horizonte, 1993. (Síntese dos Diagnósticos Setoriais RMBH).

1. ----- . Análise do acervo arquitetônico e urbanístico de Sabará. PLAMBEL: Belo Horizonte, 1979-1980.

1. ----- . O acervo arquitetônico e urbanístico da sede de Sabará – inventário e propostas para preservação. PLAMBEL: Belo Horizonte, 1988.

1. SABARÁ. Lei Municipal n. 136. 19.abr. 1982. Institui normas de edificação para o município de Sabará.

1. ----- . Decreto n. 682. 10 mar. 2004. Regulamenta o artigo 196 da Lei n. 738, de 18 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a instalação ou mudança de local de veículo de divulgação no município de Sabará.

1. -----, Lei Complementar n. 003. 8 jan. 2004. Institui o Plano Diretor Municipal de Sabará.

ANEXO

ALGUNS TRABALHOS EXECUTADOS PELA COMTE NO PERÍODO DE 2000 A 2003

1. Definição das Áreas de Proteção ao Patrimônio Cultural – APC.I, APC.II e APC.III, para o macrozoneamento do Plano Diretor.
1. Delimitação dos perímetros das Áreas de Proteção ao Patrimônio Cultural – APC.I e APC.II, definidas no macrozoneamento do Plano Diretor.
1. Atualização do inventário arquitetônico e urbanístico das APC.I e APC.II.
1. Elaboração de proposta de zoneamento para as APCs.
1. Pesquisa fundiária dos terrenos localizados em encostas, nos fundos dos terrenos dos monumentos tombados.
1. Execução da digitalização do mapa cadastral das APCs (realizado pelo IPHAN).

1. Elaboração do Decreto 682/2004, que trata do planejamento visual do Centro Histórico de Sabará.
1. Curso de Técnicas Construtivas Tradicionais, organizado pelo Atelier Yara Tupynambá, no Museu do Ouro, com recursos do FAT
1. Análise de modelos de lixeiras a serem instaladas no Centro Histórico.
1. Elaboração de propostas de convênio com universidades para contratação de estagiários.
1. Análise dos tombamentos municipais.
1. Visitas técnicas nas áreas de intervenções urbanas e em edificações em APCs.
1. Análise e aprovação ou indeferimento de projetos em APCs, dos quais citam-se, a seguir, alguns exemplos:

Processos analisados e aprovados

Projeto Natal de Luz Ò. CEMIG	Iluminação externa na Igreja do
Processo 1914/00 (notificada) Daltry Lins Magalhães	Reforma de edificação.
Processo 0447/00 Rua das Mercês. Israel José R. de Almeida	Construção de edificação na
Processo 0466/01 uso comercial – Rua Mestre Caetano.	Acréscimo de 2º pavimento –

Domício José Oliveira

Processo 0031/02 defronte ao Teatro Municipal. Secretaria de Obras de Sabará	Troca do piso do passeio
Processo 1900/02 muro. (com recomendações) Escola Prof. Zoroastro Torres	Construção de cerca sobre
Processo 1518 orientação e acompanhamento) Paróquia São Francisco	Construção de escadas. (sob

Processos analisados e indeferidos

Processo 3802/00 recuado em edificação na Rua Pedro II. Mariângela Machado	Acréscimo de 2º pavimento
Processo 1226/01 Telecomunicação no Morro da Cruz. Nextel Telecomunicações Ltda	Instalação de Torre de
Processo 1985/01 na entrada da cidade. 1ª Igreja Batista de Sabará	Instalação de Painel Luminoso
Processo 0574/01 Igreja de São Francisco. Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo de Sabará	Fechamento com grades na
Requerimento divulgação em bancas de revista do Centro S/A	Colocação de veículo de ABS
Processo 2888/01 adequada) Hebert Camargo	Reforma em Edificação. (não

Processo 0133/02
edificação – Rua Pedro II.
CCAA

Mudança de janelas da

14. Elaboração de projetos de recuperação arquitetônica de bens integrados e instalações elétricas:

Em obras:

Igreja das Mercês (incendiada)
Matriz Nossa Senhora da Conceição
Museu do Ouro
Igreja nossa senhora do Rosário

Em fase de projeto:

Igreja de Santana do Arraial Velho

ANDRADE, C. D. Prece de mineiro no Rio.

Roça Grande, General Carneiro, Pompéu, Marzagânia, Borba Gato, Taquaril, Arraial Velho, Ana Lúcia e bairros vizinhos, Fátima e Nações Unidas.

ÁVILA, Affonso. Iniciação ao Barroco Mineiro. São Paulo: Nobel, 1984.

Como a Matriz da Senhora da Conceição, a Capela da Senhora do Ó, a Igreja do Carmo, o Museu do Ouro e outros exemplares.

Lei Municipal n.136/82.

O CREA regulamenta e fiscaliza, em todo o território nacional, as profissões das áreas da engenharia, arquitetura, agronomia, geologia, geografia e meteorologia, tanto de nível superior, quanto de nível técnico de segundo grau, assegurando à sociedade a atuação com responsabilidade social desses profissionais.

Definiram-se, também, pormenores como local, periodicidade e duração das reuniões (em princípio semanais, às terças-feiras, com duração de duas horas, nas sedes dos órgãos envolvidos). , Os técnicos participam das reuniões e decisões da mesma, e emitem relatórios bimestrais das atividades.